



PSD p.9

“Um maior compromisso entre o setor social e o Estado”



Regionais p.13

Duarte Freitas reeleito líder do PSD/Açores

POVO LIVRE



nº 1949

21 de dezembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“Estamos a perder tempo: reversão atrás de reversão de reformas”

Pedro Passos Coelho esteve na conferência “Europa do Futuro” no Porto

Criar confiança no Estado Social



Foi perante uma sala cheia de militantes e simpatizantes em Fronteira, distrito de Portalegre, 14 de dezembro, que o presidente do PSD voltou a alertar para o que se está a passar em áreas cruciais para o dia-a-dia dos portugueses, nomeadamente na saúde e na educação. “Muita conversa, muita propaganda, que afinal iria haver recursos, que iam contratar tudo o que era preciso, que não ia faltar nada, nós é que andávamos a dismantlar o Serviço Nacional de Saúde. Já chamaram o ex-ministro que estava a dismantlar o SNS para tratar da Caixa Geral de Depósitos, ainda não nomearam o Nuno Crato para coisa nenhuma, ainda não chegaram lá”, ironizou Pedro Passos Coelho.

Referindo-se à saúde, Pedro Passos Coelho revelou que esta é uma área em que as coisas não estão a correr bem. Se o PSD conseguiu nos últimos quatro anos dotar os equipamentos de melhores condições e diminuir a dívida, com este Executivo os pagamentos a fornecedores estão a atrasar, a dívida é cada vez maior, o que se reflete na falta de materiais e equipamentos, assim como nos serviços prestados. “Aparecem notícias disso e que mostram as dificuldades crescentes que os hospitais têm vindo a encarar. Mas que haja o bom senso de não iludir as pessoas quando falamos de Saúde. Não devíamos estar nesta situação. Se há dinheiro para tanta coisa, não há dinheiro para que o SNS pague o que deve e se preste melhor serviço às pessoas? Vemos muita conversa e propaganda mas não estamos a ver que estejam a ir para um caminho melhor. O Governo tem de assumir responsabilidade e criando confiança, e não incerteza”, disse.

O líder do PSD, que falava em Fronteira, durante o jantar de Natal da Comissão Política Distrital de Portalegre do PSD, criticou o Governo pelas dívidas existentes no setor da saúde, defendendo que os pagamentos devem ser feitos “a tempo e horas”. “Depois de todos os sacrifícios que fizemos, não devíamos estar nesta situação. Se há dinheiro para tanta coisa, pelos vistos não há dinheiro no SNS, para que se pague o que se deve a tempo e horas e se possa prestar progressivamente um bom serviço às pessoas”, questionou.

Outro exemplo são os bons resultados alcançados na educação durante a anterior governação, e que foram revertidos sem esperar para se avaliarem os resultados. “Nós conseguimos uma diminuição acentuada do abandono escolar precoce, a taxa de retenção escolar tem vindo a decair, os resultados avaliados por relatórios externos mostram progressos muito importantes. E o que é que o governo fez, em vez de ter





porque isto é pouco e é menos do que aquilo que nós conseguimos fazer. O PS dizia ter a estratégia certa, mas não há maneira de a economia crescer mais. Temos de querer mais do que esta morte lenta. E isto exige políticas diferentes”, afirmou, questionando ainda a capacidade do Governo em alcançar melhores resultados. “Será este governo capaz? Eu não acredito. A cada mês que passa vemos reversões nas políticas que tinham dado resultados no crescimento.”

O PSD conseguiu para Portugal um caminho em Portugal que colocou Portugal num patamar superior. “Mas nada é eterno. Se queremos melhorar essa posição, devemos saber investir, ter contas sólidas e ter em conta o nível de políticas que sabemos realizar. Durante muitos anos, as políticas nas áreas sociais tiveram consensos. Quando se rompem, isso pode ter consequências. O que nos move é ter a possibilidade de dizer aos portugueses que é possível viver melhor, que podemos crescer mais e ser mais competitivos. Acreditamos nos portugueses e em Portugal. Já mostrámos que quando queremos atingir um objetivo o conseguimos fazer. As políticas do PSD ficaram associadas ou a tempos de progresso ou a tempos em que nos livrámos de grandes males. Mas nunca ficará associado ao PSD um mau resultado em que o país tivesse ficado embrulhado. É por isso que somos precisos em Portugal. Porque podemos transmitir esta visão de imparcialidade, reformista, sem preconceitos, abertos às novas ideias. O que não trocamos são os nossos princípios e valores”, reafirmou o presidente do PSD.

esperado para avaliar resultados? Este governo fez tudo ao contrário. Antes de avaliar o que quer que fosse, por puro preconceito, começou a reverter as políticas todas antes. Não é maneira de se proceder. Este governo não tem uma abordagem séria para estes problemas”, acusou.

Comentando o Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro, Pedro Passos Coelho considerou que a situação “não pode ser satisfatória”. “A previsão de que vamos passar os próximos quatro anos a crescer menos do que crescemos em 2015 não pode ser satisfatória. Se alguém no Governo está muito contente com esta perspectiva, eu acho que é lamentável porque nós vamos ter mais problemas”, disse.

Recorde-se que o BdP projeta para 2016 um crescimento de 1,2% e até 2019 de 1,5%, um crescimento para os próximos quatro anos que fica abaixo dos resultados alcançados em 2015.

“Continuaremos a ter problemas e a crescer menos do que aqueles que compõem a zona euro, estamos a afastar-nos da média. Isso não é bom. Precisamos de ter uma perspectiva diferente. Se queremos que o desemprego baixe seriamente, se queremos que o rendimento possa aumentar, a nossa economia tem de crescer mais,



Governo deve não deve misturar-se com interesses partidários

O líder da oposição chamou ainda a atenção para a utilização indevida dos meios públicos, que têm sido usados para fazer política partidária. “Quando há eleições os governos devem ser isentos, devem abstrair-se de se envolver na campanha eleitoral. Tem de ser cumprido o dever de eleição. As eleições autárquicas ainda não foram marcadas, mas isenção este Governo já não tem nenhuma. Já programou aumento das pensões, do subsídio de refeição, de integração de precários. Porque é que não fazem antes? Porque é que estão à espera de agosto?”, afirmou, denunciando a falta de imparcialidade e isenção com que os lugares públicos são exercidos.

“A forma como os partidos que apoiam a maioria atuam é extraordinária. Quem está no governo está no governo do país, não é do PS, do PCP e do BE. Os ministros quando falam não podem atacar os líderes partidários e os partidos da oposição. Quando estão na pele de ministros, não podem tratar a sociedade entre os nossos e os deles. Quando se governa é para toda a gente. Os membros do governo devem tomar mais



cuidado na maneira como se apresentam ao país. Não devem ser as estruturas partidárias a preparar as visitas dos ministros. Quando um ministro se desloca, não o faz para promover ações partidárias”, ressaltou.

Atribuir mais competências aos autarcas

Se Portugal tem crescido muito nos 42 anos de democracia, muito o deve também aos autarcas e ao poder local, pois muitos autarcas lutaram pelas suas terras e procuraram por menos assimetrias do que em 1974. As condições de hoje não têm comparação. Hoje temos uma cobertura de bens e equipamentos sociais e culturais sem comparação.

“Os partidos existem para estar ao serviço das pessoas, não é ao serviço de nós próprios. Primeiro estão o país e os portugueses. O PSD existe para lutar por Portugal, para mais desenvolvimento, para um futuro”, declarou Pedro Passos Coelho, acrescentando que espera que o novo ciclo do poder autárquico ganhe mais competências e aptidões. E isso não custará mais dinheiro ao país. À medida que equipamentos e serviços possam ser transferidos, o dinheiro que hoje o Estado gasta seguirá também. E o PSD tem a certeza que, com os mesmos recursos, será possível fazer melhor.

“O Governo e esta maioria não tiveram abertura para discutir estas matérias. António Costa já disse que agora sim vai tratar da Descentralização. Eu espero que sim. Porque os autarcas devem ter mais instrumentos para lutar pelas suas pessoas e pelas suas terras”, reiterou o presidente do PSD, acrescentando que Portugal tem autarcas muito bem preparados e pode ser alcançado mais desenvolvimento em todo o país.

Jantar de Natal dos deputados do PSD

Um Governo pirómano que age em função de “preconceitos políticos”



No tradicional jantar de Natal dos deputados do PSD, quinta-feira, 15 de dezembro, o presidente do PSD apontou baterias ao Governo por atuar em função de “preconceitos políticos” e não de resultados de medidas implementadas. “Muitas das coisas que foram decididas pelo Governo e pela maioria que o suporta resultaram de entendimentos entre os partidos” apenas por “preconceito político” e não foi tomado em conta a análise “de resultados” da governação anterior, declarou Pedro Passos Coelho.

O líder social-democrata entende que uma postura como esta “é o que se espera numa sociedade madura, evoluída”. “Ninguém fica preso eternamente a uma determinada política. Se são boas, há que as prosseguir, se

não são boas, são para corrigir”, venceu, garantindo que seria isso que faria se estivesse atualmente no Governo - e que aí olharia para o passado recente de governação PSD/CDS-PP para eventualmente alterar políticas que estivessem a dar menores resultados.

Passos Coelho definiu como “ações de piromania” o falar de temas como a “renegociação da dívida” numa altura em que “os mercados andam agitados e onde a volatilidade é muito maior”.

“Quando o Governo aceita pronunciar-se sobre estas matérias comporta-se como um pirómano e está a lançar fogo para tudo o que está à sua volta”, destacou o presidente do PSD.



E prosseguiu, alargando as críticas aos parceiros parlamentares do Executivo: “Aqueles que suportam o Governo e que o integram, ao fim de um ano de responsabilidades governativas continuam mais preocupados em reescrever a história do passado do que apontar caminhos para o futuro”.

“Estamos hoje pior que há um ano. Em todos os indicadores, o país está aquém do que fomos capazes de fazer em 2015”, venceu Pedro Passos Coelho.

Antes, o líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro, havia lembrado que há quem aponte que Passos Coelho “não despiu o fato de primeiro-ministro”, mas a realidade é que os partidos da esquerda “é que não despiram o fato de serem opositores ao PSD”.

“O rolo compressor desta maioria funciona e com uma veemência que parecia inimaginável para quem ouvisse os discursos destas pessoas e protagonistas quando não tinham de suportar o Governo”, frisou Luís Montenegro, referindo-se aos líderes de BE e PCP.

“No que depender de nós, faremos de 2017 um grande ano para Portugal e para os portugueses”, garantiu.



“Estamos a perder tempo: reversão atrás de reversão de reformas”

O presidente do PSD entende que ainda subsistem “muitas vulnerabilidades financeiras e económicas na Europa e na zona Euro”. “Em Portugal estamos a perder tempo, neste momento. Durante alguns anos aproveitámos, às vezes em circunstâncias muito difíceis, o tempo que nos deram para fazer reformas e agora aquilo que vemos é reversão atrás de reversão de reformas”, considerou.

Num debate sobre o “Futuro da Europa e o Plano Juncker”, organizado pelos eurodeputados Paulo Rangel e José Manuel Fernandes, no Palácio da Bolsa, no Porto, 16 de dezembro, o líder do PSD criticou o retrocesso que se está a assistir em múltiplas áreas da governação: “As próximas são as leis laborais. Nós que quisemos fazer, até ao contrário da Espanha, uma reforma das leis laborais em contexto de negociação e de concertação social, fizemos mesmo um acordo estratégico de concertação social para suportar a reforma laboral que fizemos, só não esteve lá a CGTP, que nunca está para acordo estratégico nenhum, tirando isso todos os parceiros sociais acordaram nesta reforma, e o que está em agenda é a reversão dessa reforma”.

Pedro Passos Coelho prosseguiu: “Os membros do Governo e o ministro Vieira da Silva dizem que é para reequilibrar as coisas. Quando nós pensávamos que isto estava justamente muito desequilibrado e era por estar muito desequilibrado que o desemprego era grande, que os jovens não tinham oportunidades, que o mercado laboral não tinha o dinamismo suficiente e que o crescimento da economia não suportava a atração suficiente do investimento direto externo que nós precisamos para crescer”.

“Se vamos reverter também estas reformas, os resul-



tados não vão ser bons para Portugal e se não forem bons para Portugal também não serão bons para a Europa, mas os mesmos que estão a preparar estas reversões serão aqueles que vão culpar o euro e o projeto europeu do fracasso da política económica que estará no final da rua desta decisão e desta orientação política”, considerou.

Em seu entender, “o futuro da Europa que queremos não é muito diferente do futuro da Europa que era desejado há 40 ou 50 anos quando todo este caminho começou: poder ter confiança no futuro, ver prosperidade e uma igualdade de oportunidades para que todos possam livremente, desde que respeitando a liberdade dos outros, fazer as suas escolhas, melhorar a sua situação, ter mobilidade para futuro, ter paz e segurança”.

“Isso é essencial para combater os populismos mas, para isso, a Europa ainda tem de fazer reformas importantes e cada um que embarcou no projeto europeu, e foram sempre cada vez mais ao longo dos últimos anos, tem de assumir também as suas responsabilidades”, disse Passos Coelho.

Considerou que “a Europa do futuro a que estamos ligados depende e muito daquilo que soubermos fazer por nós próprios e pela Europa em conjunto e esse papel não se faz com demagogias faz-se muito pragmaticamente tomando as decisões de política que são necessárias, política económica, de política social, mas também na aposta dos valores e pelos princípios que nos orientam dentro da Europa. E a afirmação desses valores e desses princípios é hoje crucial para que a Europa que desejamos no futuro seja esta Europa de paz, de prosperidade e de confiança”.



Dia Internacional da Solidariedade Humana

“Um maior compromisso entre o setor social e o Estado”



O vice-presidente do PSD Marco António Costa apela ao Governo que dialogue com o setor social e solidário, estabelecendo até ao final do ano o valor da atualização do acordo de cooperação anual com as instituições. “Deixamos aqui um apelo dirigido ao Governo para que, até ao final do ano, rapidamente estabeleça com os parceiros do setor social e solidário o valor da atualização e com isso garanta a previsibilidade e estabilidade que este setor necessita para continuar a apoiar ativamente os portugueses no seu dia-a-dia”, apelou Marco António Costa.

O vice-presidente do PSD falava aos jornalistas, dia 20, após uma reunião na Assembleia da República com o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), padre Lino Maia, em que participou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, assinalando o Dia Internacional da Solidariedade Humana.

O apelo de Marco António Costa foi para um diálogo mais vasto: “Não estamos a polemizar, estamos a apelar ao Governo que evite os desleixos e a falta de diálogo social com o setor da economia social”.

“Deixamos este apelo ao senhor primeiro-ministro, ao senhor ministro, ao Governo no seu todo, porque a economia social também tem reflexos na área da

educação, da saúde e da segurança social”, afirmou.

O deputado anunciou que na primeira semana de janeiro o PSD realizará uma “reunião alargada” com “representantes do setor social e solidário” para



debater temas como a descentralização e a fiscalidade.

“A defesa e o aprofundamento do Estado social passa obrigatoriamente por um aprofundamento e um maior compromisso entre o setor social e solidário e o estado português”, sustentou

“A ideia de estatização absoluta do setor social e solidário e da economia social, na saúde, na educação e nas respostas sociais, é um erro, um contrassenso, uma inversão cultural de décadas de um modelo único diferenciador em Portugal”, acrescentou.

Em matéria de fiscalidade, Marco António Costa defende para 2017 o início de uma política de médio e longo prazo de fiscalidade sustentada, que dê previsibilidade ao setor.

Apontando exemplos como a última recolha de alimentos pelo Banco Alimentar contra a Fome, Marco António Costa afirmou que “ao desleixo do Governo, à falta de empenhamento e de preocupação do Governo no desenvolvimento de uma política solidária mais efetiva verifica-se uma sociedade empenhada e solidária”.

Na reunião estiveram igualmente presentes representantes da União das Mutualidades e da União das Misericórdias.

Retrato do setor social

Em 2013, a Economia Social representou 2,8% do VAB nacional, 5,2% do emprego total e 6,0% do emprego remunerado. Em 2013, a Ação e segurança social era a principal atividade económica, gerando 54,6% do emprego remunerado e 44,7% do VAB da ES.

No âmbito da Conta Satélite da Economia Social (CSES) foram identificadas cerca de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a Cultura, desporto e recreio (50,7%), seguindo-se a Ação e segurança social (15,6%).

Por grupos de entidades da Economia Social, as Associações com fins altruísticos evidenciavam-se em número de entidades (93,4%), Valor Acrescentado Bruto (61,0%), Remunerações (62,2%) e Emprego remunerado (64,8%).

Apesar das atividades relacionadas com a Cultura, desporto e recreio congregarem mais de 50% do total de unidades de atividade económica, representaram apenas 4,9% do VAB da Economia Social.

“Acho irónico que este Governo fale de problemas do passado”

Em entrevista ao “Jornal de Negócios”, Maria Luís Albuquerque afirma que o atual Executivo “não está de todo a resolver” os problemas da banca nacional. Antes pelo contrário, a vice-presidente do PSD considera que “aquilo a que estamos a assistir no sistema financeiro é um enorme ruído, uma enorme instabilidade. O caso da gestão da Caixa dá para escrever um manual do que não fazer. Está tudo errado. Sendo o maior banco do sistema, isto tem obviamente repercussões negativas para todo o sistema financeiro. Portanto, os problemas não estão a ser resolvidos.”

Quando questionada sobre o facto do atual Governo estar constantemente a falar sobre a gestão do anterior Executivo liderado pelo PSD, Maria Luís Albuquerque é bastante clara: “Acho no mínimo irónico que este Governo, liderado pelo Dr. António Costa, fale de problemas do passado. Porque os problemas do sistema financeiro que nós encontramos em 2011 de facto são de um Governo de que ele próprio fazia parte, que é o Governo do Engenheiro Sócrates. Mas, de facto, a herança do sistema era pesadíssima. Nós não tínhamos um banco a precisar de capital, tínhamos todo um sistema financeiro que deixou de ter acesso a mercado. Comparar a situação em que este Governo recebeu o sistema financeiro com a situação em que nós o recebemos em 2011, não tem comparação.”

A vice-presidente do PSD assegura, por outro lado, que a austeridade continua em Portugal pelas mãos deste Executivo: “A austeridade agora tem outro nome. Foi rebatizada, foi transformada em rigor, foi passada do lado da despesa para o lado da receita, com a proliferação de impostos, de taxas, que são coisas mais difusas, de que as pessoas têm menos consciência imediata, mas que estão muito mais distribuídas pela sociedade, porque afetam toda a gente, sem proteger sequer aqueles que têm menores condições. Mas acima de tudo essa questão do “não há alternativa”, há sempre alternativa, só que ela é pior. O ponto é que esta alternativa é pior. Porquê? Tem um efeito negativo no crescimento da economia, a economia abrandou, vai crescer menos este ano do que em 2015 e deverá crescer em 2017 ainda menos. E esse é um problema de fundo para a consolidação. E depois está-se rapidamente a repor níveis de despesa sem acautelara sua sustentabilidade”, disse.

Sobre o desafio eleitoral do próximo ano, Maria Luís Albuquerque afirma que estas eleições para o PSD “são para ganhar”: “Nós partimos sempre para as eleições para as ganhar, por todas as razões, pela dimensão do partido, pela importância do partido, pela tradição e implantação autárquica que temos”.



OCDE: Governo tem uma “aversão à transparência” ao não divulgar relatório

O Partido Social Democrata (PSD) reagiu ao relatório da OCDE, sobre o impacto das reformas no mercado de trabalho no país e declarou que o mesmo “mostra que as reformas aplicadas entre 2011 e 2015 [época do Governo liderado pelo PSD] tiveram um impacto positivo” e, também, “tornaram o mercado laboral mais forte, equilibrado e capaz de gerar empregos”.

O PSD estranha que o relatório não tenha sido ainda publicado, o que revela por parte do atual Executivo, uma “aversão à transparência, avaliação e ao escrutínio”, afirmou Miguel Morgado.

A divulgação deste relatório é ainda mais importante num momento em que os partidos que apoiam este Governo têm manifestado a intenção de recuar em algumas das medidas adotadas neste período.

“Esta avaliação vem estragar essa preparação”, destacou o deputado social-democrata.



Governo quer aumentar o preço da água para reabilitar a rede de distribuição

Como avançou o “Diário de Notícias”, o atual Governo pretende aumentar o preço da água para os contribuintes, com vista à reabilitação da rede de distribuição.

O Governo de António Costa reverteu a reforma do setor das águas, levada a cabo pelo Executivo de Pedro Passos Coelho, como resultado de um estudo longo e profundo. Uma reforma que previa alcançar poupanças para os portugueses, reduzindo-se em três quartos dos municípios o custo do setor da água.

A reforma do anterior Governo previa ainda um reforço da coesão territorial, porque tornava acessível o abastecimento de água a custos mais equitativos no interior do país. E assegurava a sustentabilidade económica e financeira do setor, porque permitia uma rentabilização maior dos investimentos realizados, entre os quais a manutenção necessária.

Já em abril deste ano, o anterior ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, alertou para os riscos da reversão daquela reforma, “gerando um buraco financeiro que acabará por ser pago ou com mais tarifas ou com mais défice tarifário ou com mais impostos”.



“Governar para o futuro”



O líder do grupo parlamentar do PSD destacou que os resultados alcançados por Portugal nos testes PISA “são indiscutivelmente bons” e evidenciou os frutos das reformas empreendidas pelo Executivo liderado pelo PSD. “Com a exigência e o ímpeto reformista, o PSD qualificou a escola pública e o sistema de ensino em Portugal”, afirmou Luís Montenegro, dia 14, na Assembleia da República.

Além das relevantes reformas empreendidas na área da educação entre o ano de 2011 a 2015 o PSD reconhece que, para estes resultados, contribuíram “todos os agentes assim como a comunidade escolar”.

“Nada disto era viável sem políticas estruturalmente corretas. Os velhos do restelo que hoje acusam o PSD de ter andado a destruir a escola pública dão agora de cara com a realidade dos factos”, declarou Luís Montenegro criticando as reações dos partidos que formam a maioria parlamentar.

Por último, o presidente da banca parlamentar advertiu que Portugal alcançou este feito “não cortando, como agora se corta, 20% do orçamento das escolas de forma absolutamente cega” e deixou um conselho ao atual Executivo. “É bom que hoje olhem para estes dados, estudem-nos e possam cumprir o vosso dever: não fazer oposição ao Governo anterior. O PSD e o CDS-PP já não estão a governar o país. O vosso dever é governar o futuro e não fazer oposição sobre o passado”, disse.

“Lei do garrote” na saúde e incapacidade hospitalar



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Miguel Santos questionou o Ministério da Saúde sobre a incapacidade da resposta hospitalar devido ao que considera ser uma “lei do garrote” no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em requerimento parlamentar dirigido ao Presidente da Assembleia da República, o PSD pergunta ao ministro da Saúde, sobre a denúncia efetuada pela bastonária da Ordem dos Enfermeiros de que vários doentes estiveram dois dias sem alimentos e medicação.

“O SNS tem sido, nos últimos meses, desequilibrado, através do desinvestimento, numa autêntica lei do garrote em que consistem os despachos do Ministério da Saúde cortando a capacidade de autonomia e gestão dos hospitais já que é exigida a autorização prévia da tutela ou do Governo para quaisquer despesas”, acusou o parlamentar

social-democrata.

Segundo Miguel Santos, “são distintas e até antagónicas a política declarativa do executivo e a sua ação real no terreno, com resultados terríveis”.

“Retiram-se recursos a unidades hospitalares e aos cuidados de saúde primários e a anunciada reforma do SNS é desconhecida. Temos intolerância total perante estas situações, inadmissíveis num país civilizado”, venceu.

O requerimento do PSD pergunta ainda à tutela sobre a veracidade de estarem “40, 50 60 pessoas” em serviços hospitalares “com lotação para 10 ou 12 doentes” e, em caso de resposta afirmativa, quais são essas unidades, bem como se já foram tomadas algumas medidas para esclarecer tais denúncias.



PSD quer conhecer toda a informação sobre a solução dos lesados do BES

O deputado Duarte Pacheco solicita que o Governo faculte a informação relativa à solução encontrada para os lesados do BES, recordando que o PS está habituado a dar “conferências de imprensa em que os primeiros-ministros só dizem parte da verdade”. O PSD pretende conhecer ao pormenor a solução do Executivo, uma vez que pode colocar todos os contribuintes a pagar.

“Aquilo que nós vemos, pela postura do PS em resolver os problemas do sistema financeiro, é sempre pondo os contribuintes a pagar. E é com base nessa tradição deste último ano, que nós tememos que também aqui possa acontecer o mesmo”, declarou Duarte Pacheco.

Duarte Freitas reeleito líder do PSD/Açores



Duarte Freitas foi reeleito, na segunda-feira, 19 de dezembro de 2016, presidente do PSD/Açores, com 71% dos votos. Paulo Silva obteve 24,1 por cento.

“Passado este período interno de debate, discussão que tivemos e tendo sido exercida a democracia e a escolha livre dos militantes, a partir de agora somos um único partido”, afirmou Duarte Freitas, no discurso de vitória na sede do PSD regional em Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Duarte Freitas, 50 anos, economista e natural da ilha do Pico, considera que agora “é necessário todos darem as mãos, em nome do partido, para consensualmente poder servir melhor as açorianas e açorianos”, contando que todos os militantes para este objetivo.

Saudando a disponibilidade do empresário Paulo Silva para se candidatar, Duarte Freitas considerou que o ato eleitoral foi “disputado com elevação democrática”, tendo convidado o seu adversário para participar no próximo congresso regional do PSD, em janeiro, “embora estatutária e regimentalmente este não tivesse assento”.

Para o candidato derrotado, Paulo Silva, que felicitou Duarte Freitas pela vitória eleitoral, a abstenção “continua elevada e é preciso ser repensada dentro do partido”. “Esperava mais, mas tudo o que tivemos foi o que merecemos e estamos tranquilos”, confessou Paulo Silva, 47 anos e natural da ilha Terceira, acrescentando que continua “sempre disponível para o PSD/Açores”.

Nas eleições diretas de segunda-feira, os militantes do PSD/Açores escolheram, também, os órgãos concelhios e de ilha, que estavam em fim de mandato, assim como os delegados ao XXII Congresso Regional, que se realiza entre 20 e 22 de janeiro de 2017 na ilha de São Miguel.

Nas eleições diretas para a liderança dos social-democratas açorianos participaram 1833 militantes, o que constitui um aumento de 39,2 por cento na afluência às urnas em relação ao ato eleitoral anterior. Duarte Freitas obteve 1296 votos e Paulo Silva alcançou 441.

Em dezembro de 2012, Duarte Freitas, candidato único, foi eleito pela primeira vez presidente do PSD/Açores, conquistando 1.317 de um total de 1.513 votantes.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1045 • 15 NOVEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00



O Governo
“herdou”
o melhor
quadro
macroeconómico
dos últimos
25 anos *4 a 7*

ANASD quer maioria das Câmaras
nas próximas eleições Autárquicas *2*



Edição n.º 1045 do “Povo Livre”, de 15 de novembro de 1995. Manchete: “O Governo ‘herdou’ o melhor quadro macroeconómico dos últimos 25 anos.” Carlos Encarnação era o diretor do “Povo Livre”.



A herança do Madiba vista de Portugal

Pedro Passos Coelho (*)

Chocou-me profundamente a morte do maior ícone político da nossa geração, Nelson Mandela, ocorrida há três anos atrás.

O mundo perdeu um lídimo defensor da democracia e dos direitos humanos, o seu país um amado estadista e a sua família um guardião afetuoso e sábio.

Keitumetse Mathews, embaixadora da África de Sul, desafiou-me a mim e ao povo português para promover a herança de Mandela dentro e fora da minha terra.

Para me motivar, lembrou-me que a herança do Madiba importa a todos aqueles que aspiram a um mundo com mais paz e prosperidade, e não apenas ao povo sul-africano.

Lembrou-me que não bastam tais aspirações. O que Mandela nos ensinou é que é preciso ação.

Mandela acreditava que são os nossos atos de compaixão que nos permitem crescer e desenvolver-nos enquanto seres humanos.

Nenhum ato é pequeno demais, seja visitar um idoso solitário, seja oferecer-se para fazer compras a alguém que não possa sair de casa seja ajudar quem é portador de deficiência.

Na verdade, atos pequenos têm grandes resultados para o destinatário, a sua família e a sua comunidade.

Ele ensinou que uma pessoa só o é por causa das outras pessoas.

Esta crença ecoa a minha própria visão acerca da comunidade e do voluntariado e assim, quando a Embaixadora iniciou o diálogo com o meu gabinete acerca do modo de comemorar o Dia Internacional de Mandela, houve um encontro natural de perspetivas.

Começámos devagar, a ampliar um trabalho existente na Embaixada da África do Sul para reconhecer e apoiar o trabalho de um convento em Lisboa que providencia alimento para os sem-abrigo.

O modo como todas as pessoas envolvidas abraçaram genuinamente o nome de Mandela convenceu-nos do seu legado duradouro.

O povo português procurou promover ativamente o legado de Mandela.

Não contente com os 67 minutos de ação comunitária durante a comemoração anual do seu nascimento, Nelson Mandela lançou em Março de 2011 as “Segundas de Mandela” para encorajar voluntariado consistente em todas as semanas do ano.

Em maio de 2011, Portugal foi o primeiro país depois da África do Sul a abraçar esta importante iniciativa. Foi lançada em Lisboa, tendo o campeão olímpico de judo Nuno Delgado sido escolhido pela Fundação Nelson Mandela como embaixador Mandela no desporto.

Em julho de 2013, o Centro de Diálogo para a Justiça da Fundação Nelson Mandela organizou uma conferência em Setúbal para dar esperança e conhecimento a jovens socialmente carenciados. Um efeito adicional da conferência foi uma proposta de protocolo para a resolução de conflitos por parte de organizações comunitárias, sindicais e de juventude.

Na sexta-feira passada, o Hospital Nelson Mandela para crianças tornou-se realidade em Joanesburgo.

É particularmente gratificante saber que os portugueses contribuíram generosamente com os seus donativos para essa grande causa.

Claro que é preciso fazer muito mais para promover o legado do Madiba através de um diálogo consequente e da ação pessoal para a mudança.

Por tudo isto é que Portugal pode ajudar a que o legado de Mandela perdure nos termos em que ele teria querido e também aspirar a tornar-se um promotor chave desse legado.

Nota: a versão inglesa deste artigo de opinião foi publicada no “City Press” de 4 de dezembro de 2016.

(*) Presidente do PSD



Política externa portuguesa, africana e social: Madiba e TropiKMan Ph. D.*

Jorge Braga de Macedo (*)

A política externa portuguesa tem constantes e linhas de força que refletem proximidades, pertenças complementares europeia e africana do povo e seus valores sociais como o amor ao próximo e o conhecimento. Entre estas, salienta-se aqui a pertença africana e o saber tropical.

Fez ontem três anos que morreu Nelson Mandela – dito Madiba – “o maior ícone político da nossa geração” como lhe chamou Pedro Passos Coelho num artigo de opinião publicado no jornal sul-africano City Press de 4 de Dezembro de 2016, “Madiba’s legacy: A note from Portugal”, cuja tradução portuguesa é publicada nesta página. Como mesmo ponto de vista, explícito antecedentes e enuncio eventuais decorrências.

Começo por recordar cerimónia em sua memória realizada pela Embaixadora da África do sul na linda capela do cemitério dos ingleses à Estrela, na qual além da própria Keitumetse “Kitten” Mathews, cujo pai acompanhou a luta de Mandela), testemunharam o antigo Presidente da República Mário Soares e Fatiha Selmane, Embaixadora da Argélia. Presente nessa ocasião enquanto presidente da Comissão de Relações Internacionais, deixei uma mensagem de pêsames do Presidente do Partido. No início de 2015 associei-me na mesma qualidade a um “Mandela Day” na Rua Tomás Ribeiro 62, à Igreja de São Sebastião da Pedreira, no qual foi distribuída comida aos mais precisados das redondezas – na presença dessas duas Embaixadoras, entre outras individualidades.

Já então estava em esboço a realização de um seminário académico sobre o exemplo do Madiba, no qual se iriam debater ações como a que a Fundação Mandela promoveu em Setúbal no Verão de 2013 com o fim de resolver conflitos através do apoio de organizações comunitárias, sindicais e de juventude. Assisti a intervenções sentidas do saudoso Mariano Gago e da atual Ministra da Justiça, entre muitos outros oradores.

O referido seminário continuou adiado apesar da boa vontade das partes, até se tornar iminente a partida da Embaixadora Mathews. Num inesquecível jantar com as partes interessadas, deixou esse projeto para a sua sucessora, pelo que a colaboração subjacente com organizações comunitárias portuguesas e africanas deverá aprofundar-se e alargar-se, em prol do saber tropical.

A esse respeito, vem a propósito referir um programa de doutoramento lecionado lecionado em inglês na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, no seu Instituto de Higiene e Medicina Tropical e no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, que colaboravam com o Instituto de Investigação Científica Tropical, I.P. antes da sua integração nesta última. São parceiros do programa Tropical Knowledge and Management dito TropiKMan Ph.D. várias outras universidades de língua portuguesa e a University of Pretoria. A proximidade deve ser possível até pelo impulso dado pelos países de língua portuguesa e as comunidades lusodescendentes, donde, por via das suas pertenças complementares, brota o bem comum dos portugueses.

Assim o conhecimento e a gestão se unam para alavancar outras ações concretas no espírito do Madiba!

**Texto que serviu de base a uma intervenção do autor no Conselho Nacional em 6 de dezembro de 2016.*

(*) Presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 29 de Dezembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Informações
2. Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento para 2017
3. Análise da situação política e da estratégia para as eleições autárquicas

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção das Caldas da Rainha, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Praça 5 de Outubro, nº 18 r/c Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Análise da situação política local e actividade municipal das Caldas da Rainha: situação financeira, hospitalar e outros
2. Análise da situação política distrital e nacional
3. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 06 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Praça Marquês de Marialva, Cento Comercial Rossio, 2º andar, sala 11, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1. Análise da situação política
2. Emissão de parecer relativo à candidatura à Câmara Municipal de Cantanhede
3. Processo eleitoral autárquico.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 14h30, na sede, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, lote 10 r/c, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Homenagem aos autarcas do PSD Fundão nos 40 anos do poder local democrático
2. Apresentação das contas de 2016
3. Apreciação do Plano de Actividades e Orçamento para 2017
4. Análise da situação política actual

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ílhavo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita no Edifício Illiabum, bloco A – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção para o biénio 2017/2019.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loulé para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2017 (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política
2. Autárquicas 2017
3. Outros assuntos

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 30 de Dezembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Análise da situação política
2. Outros assuntos

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 12 de Janeiro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – sala 14, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1. Análise da situação política partidária
2. Informações



II CONSELHO DISTRITAL DA JSD LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se o Conselho Distrital de Lisboa para reunir dia 31 de Janeiro, pelas 21h, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, sito na Av. Francisco Sá Carneiro, nº17, Urbanização Moinho das Antas, 2780-241 Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição dos delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
2. Análise da situação política;
3. Informações;
4. Outros assuntos.

Nota:

As listas devem ser entregues até às 23h59m do

terceiro dia anterior à data das eleições ao Presidente do Conselho Regional ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, sita na Praça S João Bosco, 3B, em Lisboa;

As urnas estarão abertas entre as 21h e as 23h.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o III Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 15 horas, na sede concelhia da JSD da Lourinhã, sita rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura, discussão e votação da ata do II Conselho Distrital Ordinário;
2. Apresentação do programa do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
3. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para a Formação;
4. Apresentação do programa do Diretor de Informação Distrital;
5. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
6. III Painel Temático: Economia e Emprego: o futuro do Oeste.

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Pinhel para reunir na Casa do Povo de Pinhel no próximo dia 7 de Janeiro (sábado) a partir das 21 Horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão da situação da política Nacional e Local;
2. Tomada de posição sobre autárquicas;
3. Aricidades da JSD Distrital da Guarda;
4. Ação junto dos jovens;
5. Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 06 de janeiro de 2017, pelas 21h (Sexta-Feira) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da atividade da comissão política concelhia da JSD da Póvoa de Lanhoso no biénio 2014 – 2016;
2. Análise da situação política;
3. Informações e outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a realizar no próximo dia 27 de janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão política de Concelhia da JSD Póvoa de Lanhoso.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD da PVL ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.



O “Povo Livre” deseja a todos os nossos leitores

***um Natal Feliz
e um Bom Ano!***

Estaremos de volta no dia 4 de janeiro de 2017.